

# LEI Nº 4.493 DE 13 DE SETEMBRO DE 1985

(Publicada no Diário Oficial de 14 e 15/09/1985)

Alterada pelas Leis nºs 4.675/86 e 7.556/99.

Ver Decreto nº 32.442/85, publicado no DOE de 06/11/85, que aprova o Remicro.

Ver Lei nº 4.825/89, publicada no DOE de 28/01/89, que estabelece nova conceituação para microempresas.

**Estabelece a conceituação de microempresas para efeito de isenção de tributos estaduais e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual em valor igual ou inferior a 10.000 (dez mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs.

**Nota:** Redação atual do "caput" do art. 1º dada pela Lei nº 4.675, de 04/07/86, DOE de 05/07/86, efeitos a partir de 05/07/86.

**Redação original, efeitos até 04/07/86:**

"Art. 1º Considerem-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual em valor igual ou inferior a 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's."

§ 1º Para efeito de apuração da receita bruta referida neste artigo, tomar-se-á por base o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício anterior e como referência o valor nominal da OTN vigente no mês de janeiro daquele exercício.

**Nota:** A redação atual do § 1º do art. 1º foi dada pela Lei nº 4.675, de 04/07/86, DOE de 05/07/86, efeitos a partir de 05/07/86.

**Redação original, efeitos até 04/07/86:**

"§ 1º Para efeito de apuração da receita bruta referida neste artigo, tomar-se -á por base o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior e como referência o valor nominal da ORTN no mês de janeiro desse ano."

§ 2º Quando o início de atividade da empresa ocorrer no próprio exercício do seu enquadramento, a apuração de que trata este artigo será substituída por declaração firmada pelo sócio ou titular de que sua receita bruta anual não ultrapassará o limite fixado no parágrafo anterior, tendo como referência o valor nominal da OTN vigente no mês de janeiro do próprio exercício.

**Nota:** A redação atual do § 2º do art. 1º foi dada pela Lei nº 4.675, de 04/07/86, DOE de 05/07/86, efeitos a partir de 05/07/86.

**Redação original, efeitos até 04/07/86:**

"§ 2º Quando o início de atividade da empresa ocorrer no próprio exercício do seu enquadramento, a apuração de que trata este artigo será substituída por declaração firmada pelos sócios ou titular de que sua receita bruta anual não ultrapassará o limite fixado no artigo anterior, tendo como referência o valor nominal da ORTN no mês de janeiro do próprio exercício."

§ 3º Na hipótese de o ano base indicado no parágrafo anterior tiver sido o primeiro ano de atividade da empresa, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de início de atividade e 31 de dezembro.

**Art. 2º** Ficam excluídas do regime desta Lei as empresas:

**I** - constituídas sob a forma de sociedade por ações;

**II** - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica, ou ainda pessoa física domiciliada no exterior;

**III** - que participem do capital de outras empresas, ressalvados os investimentos efetuados antes da vigência desta Lei;

**IV** - que comercializem produtos importados, ainda que adquiridos no mercado interno;

**V** - cujo titular, sócio, ou seu cônjuge participe com mais de 5% do capital de outra empresa, e desde que a receita bruta anual global das empresas interligadas ultrapasse o limite referido no “caput” do art. 1º;

**VI** - que realizem operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

c) circulação de produtos agropecuários.

**Parágrafo único.** O disposto nos incisos III e V deste artigo não se aplica à participação de microempresas em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras associações assemelhadas.

**Art. 3º** Ficam isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias as saídas de mercadorias e fornecimentos de refeições efetuadas por microempresas.

**Parágrafo único.** Revogado

**Nota:** O parágrafo único do art. 3º foi revogado pela Lei nº 7.556, de 20/12/99, DOE de 21/12/99, efeitos a partir de 01/01/00.

**Redação original, efeitos ate 31/12/99:**

*"Parágrafo único. As microempresas ficam, também, isentas:*

*I - da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia;*

*II - da Taxa de Prestação de Serviços."*

**Art. 4º** Igualmente gozarão de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias as saídas de produtos agropecuários promovidos pelos respectivos produtores, diretamente a consumidor final, em feiras livres, localizada na área da região produtora.

**Art. 5º** As microempresas gozarão, ainda, dos seguintes benefícios, segundo dispuser o regulamento:

**I** - dispensa de escrituração fiscal;

**II** - eliminação ou simplificação do cumprimento de outras obrigações acessórias.

**Parágrafo único.** Os benefícios previstos neste artigo não eximem a microempresa da obrigação de manter arquivada a documentação relativa a todos os seus atos negociais, nem de solicitar sua inscrição cadastral e de prestar informações sobre o movimento econômico anual.

**Art. 6º** São considerados extintos os débitos das microempresas originários do

Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadorias, desde que não decorram de ação dolosa ou de má fé, nos limites fixados em Lei.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplica-se, também aos débitos decorrentes de multas por infração à legislação tributária.

**Art. 7º** As microempresas que deixarem de preencher os requisitos para seu enquadramento, nos termos desta Lei, ficarão sujeitas ao pagamento dos tributos incidentes sobre o valor das operações tributáveis que exceder ao limite fixado no § 1º do artigo 1º, bem como sobre os fatos geradores que vierem a ocorrer após o fato ou situação que tiver motivado o desenquadramento.

**Parágrafo único.** Para determinação do limite mencionado neste artigo considerar-se-á o valor da OTN vigente no mês de janeiro do mesmo exercício de fruição do benefício.

**Nota:** A redação atual do parágrafo único do art. 7º foi dada pela Lei nº 4.675, de 04/07/86, DOE de 05/07/86, efeitos a partir de 05/07/86.

**Redação original, efeitos até 04/07/86:**

*"Parágrafo único. Para determinação do limite mencionado neste artigo considerar-se-á o valor da ORTN vigente no mês de janeiro do próprio ano de fruição da isenção."*

**Art. 8º** Os documentos fiscais emitidos pelas microempresas obedecerão a modelo simplificado, aprovado em regulamento, que servirá para todos os fins previstos na legislação tributária.

**Art. 9º** O desenquadramento do regime ocorrerá nas seguintes hipóteses:

**I** - se a empresa beneficiária auferir receita bruta anual superior ao limite estabelecido no artigo 1º;

**II** - quando a empresa beneficiária solicitar formalmente o seu desenquadramento.

**Art. 10.** A pessoa jurídica ou firma individual que fizer declaração para enquadramento em desacordo com esta Lei ou se omitir quanto ao desenquadramento obrigatório, ficará sujeita, isolada ou cumulativamente, a:

**I** - cancelamento de ofício de sua inscrição como microempresa;

**II** - pagamento do imposto devido, com acréscimos moratórios, contados a partir da data da ocorrência do fato gerador;

**Nota:** A redação atual do inciso II do art. 10 foi dada pela Lei nº 4.675, de 04/07/86, DOE de 05/07/86, efeitos a partir de 05/07/86.

**Redação original, efeitos até 04/07/86:**

*"II - pagamento do imposto devido, corrigido monetariamente e adicionado de acréscimos moratórios, contados a partir da data da ocorrência do fato gerador;"*

**III** - multa nos percentuais de:

1) 120% do valor do imposto devido em caso de dolo, fraude, simulação ou de falsidade da declaração ou de informação prestada, por si ou seus sócios à autoridade competente;

2) 60% do valor do imposto devido, nos demais casos.

**Nota:** A redação atual do inciso III do art. 10 foi dada pela Lei nº 4.675, de 04/07/86, DOE de 05/07/86, efeitos a partir de 05/07/86.

**Redação original, efeitos até 04/07/86:**

*"III - multas nos percentuais de :*

*a) 200% do valor atualizado do imposto devido em caso de dolo, fraude, simulação ou de falsidade da declaração ou informação prestada, por si ou seus sócios, à autoridade competente;*

*b) 100% do valor atualizado do imposto devido, nos demais casos."*

**Parágrafo único.** A aplicação das penalidades previstas neste artigo não prejudicará a apuração da responsabilidade criminal.

**Art. 11.** As isenções de que trata esta Lei não se estendem às saídas de mercadorias sujeitas a retenção do imposto pelo contribuinte substituto, nem darão origem a crédito fiscal.

**Art. 12.** O Poder Executivo, no prazo de 30 dias, baixará os atos que se fizerem necessários à aplicação da presente Lei.

**Art. 13.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 13 de setembro de 1985.

**JOÃO DURVAL CARNEIRO**

Governador

Benito da Gama Santos

Álvaro Fernandes da Cunha Filho